

# **A EDUCAÇÃO SOCIAL DE RUA DO AÇÃO RUA – PORTO ALEGRE/RS: UMA ALTERNATIVA PEDAGÓGICA?**

## **AÇÃO RUA'S STREET SOCIAL EDUCATION – PORTO ALEGRE/RS: A PEDAGOGICAL ALTERNATIVE?**

Santiago Pavani Dias<sup>1</sup>

### **RESUMO**

O objetivo deste artigo é apresentar a experiência do Serviço Especializado em Abordagem Social de Porto Alegre/RS, o Ação Rua, destacando a prática pedagógica-educativa desenvolvida por seus(suas) Educadores(as) Sociais; investigar a possibilidade de aproximação entre essa prática e a Educação Popular proposta por Paulo Freire e sua influência na constituição da Pedagogia Social desenvolvida na América Latina para, em seguida, relacionar essa prática educativa com o conceito de alternativa pedagógica desenvolvido pelo grupo de estudos *Alternativas Pedagógicas y Prospectivas Educativas en America Latina* (APPEAL), a fim de verificar se a prática da Educação Social de Rua desenvolvida no Programa Ação Rua pode ser considerada uma alternativa pedagógica, conforme o conceito. As técnicas utilizadas foram a pesquisa documental e as percepções levantadas na experiência dos pesquisadores em aproximadamente cinco anos de atuação como Educadores Sociais do Ação Rua, o que podemos considerar como uma observação participante.

*Palavras-chave:* Educação Social de Rua. Ação Rua. Educação Popular. Pedagogia Social.

### **ABSTRACT**

The objective of this article is to present the experience of the Specialized Service in Social Approach of Porto Alegre / RS, the Ação Rua, highlighting the pedagogical-educational practice developed by its Social Educators; to investigate the possibility of an approximation between this practice and Popular Education proposed by Paulo Freire and its influence on the constitution of Social Pedagogy developed in Latin America to then relate this educational practice to the concept of alternative pedagogical developed by the group of studies *Pedagogical Alternatives And Educational Prospects*

---

<sup>1</sup> Mestrando em Ciências Sociais na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), . Bolsista CAPES. Graduado em Ciências Sociais (Licenciatura e Bacharelado) pela PUCRS (2014). E-mail: santiagoopdias@hotmail.com

in Latin America (APPEAL), in order to verify if the practice of Street Social Education developed in the Ação Rua Program can be considered a pedagogical alternative, according to the concept. The techniques used were the documentary research and the perceptions raised in the researchers' experience in approximately five years of acting as Social Educators of the Ação Rua, which we can consider as a participant observation.

**Keywords:** Street Social Education. Ação Rua. Popular Education. Social Pedagogy.

## INTRODUÇÃO

A cidade de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul (RS), preocupa-se há muito com o fenômeno social da situação de rua de crianças, adolescentes e suas famílias. A questão do *que fazer* para acolher e atender as demandas dessa população, assim como a de garantir os seus direitos e de prevenir novas situações, é pauta de discussão e objeto de planejamento sistemático de ações do poder público municipal desde o início dos anos 1990. (OBST; FINKLER; SANTOS, 2012, p.89).

O desenvolvimento de diferentes projetos e ações de atendimento de crianças, adolescentes e suas famílias em situação de rua em Porto Alegre foi fruto de debates, em espaços institucionais, entre os(as) trabalhadores(as) que atuavam diretamente com essa população e desdobrou-se, de 1993 até 2007, no Ação Rua. (PAICA-RUA, 2002). Desde o início dessas experiências, o termo "educação" esteve presente e é uma preocupação. Nas primeiras reflexões sobre as ações, os(as) trabalhadores(as) identificaram que para intervir contundentemente e, principalmente, preventivamente, era necessário uma relação pedagógica com os(as) sujeitos, com as comunidades e mesmo com a cidade. Era necessário ir às raízes das questões que geravam e geriam as situações de rua e não apenas agir nas expressões ou nas consequências dessas. (PAICA-RUA, 2002).

Se fez presente também, desde o início das experiências, a atuação de profissionais denominados(as) Educadores(as), posteriormente, fruto provável de reflexões sobre que Educadores(as) eram esses(as), Educadores(as) Sociais. Não estamos afirmando que esse termo tenha surgido em Porto Alegre. Existem registros anteriores de práticas de Educação Social em diferentes lugares. (OLIVEIRA, 2004; MACHADO, 2008; PAIVA, 2012). Apenas tentamos delinear uma possível trajetória da prática da Educação Social e do uso do

termo em Porto Alegre. Ou seja, buscamos demonstrar que houve um processo vivido, refletido e sistematizado – este último ponto é bastante enfraquecido – que vincula o Ação Rua com a Educação Social, principalmente, pela práxis dos(as) Educadores(as) Sociais.

Os objetivos deste artigo são: apresentar a experiência do Ação Rua, destacando a prática pedagógica-educativa desenvolvida por seus(suas) Educadores(as) Sociais; investigar a possibilidade de aproximação entre esta prática e a Educação Popular proposta por Paulo Freire e a sua influência na constituição da Pedagogia Social desenvolvida na América Latina para, em seguida, relacionar essa prática educativa com o conceito de *alternativa pedagógica* desenvolvido pelo grupo de estudos *Alternativas Pedagógicas y Prospectivas Educativas en America Latina* (APPEAL), segundo sua apresentação no texto “Sujetos, disciplina y curriculum en los orígenes del sistema educativo argentino” de Adriana Puiggrós, a fim de verificar se a prática da Educação Social de Rua desenvolvida no Ação Rua pode ser considerada uma *alternativa pedagógica*, conforme o conceito.

Para alcançar esses objetivos utilizaremos da pesquisa documental e das percepções levantadas na experiência dos pesquisadores em uma atuação de aproximadamente cinco anos como Educadores Sociais do Ação Rua, o que consideramos como uma observação participante.

## ○ AÇÃO RUA

O Ação Rua é parte integrante do Serviço Especializado de Abordagem Social (SEAS) e está vinculado às ações de média complexidade executadas pelos Centros de Referência Especializados em Assistência Social (CREAS). Os CREAS, por sua vez, são aparelhos do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). O Ação Rua é o desdobramento histórico das políticas públicas de enfrentamento à violação de direitos de crianças, adolescentes e suas famílias em situação de rua do município de Porto Alegre, capital do RS. O projeto técnico do serviço traça como objetivo geral de sua atividade

Promover alternativas de enfrentamento de violações de direitos, em situação de rua e trabalho infantil, vivenciadas por crianças, adolescentes e suas famílias,

articulando os serviços da rede, propondo sua ampliação quando necessário, visando à garantia de direitos, inclusão social, na perspectiva da erradicação da situação de rua e do trabalho infantil no Município. (PORTO ALEGRE, 2014, p.4).

O serviço é ofertado na cidade desde março de 2007. Atualmente, o Ação Rua é composto por 13 equipes organizadas de forma territorializada, isto é, cada equipe atende uma região específica da cidade<sup>2</sup>. As equipes são constituídas por um(a) articulador(a) institucional, por dois(duas) técnicos(as) sociais<sup>3</sup> e por quatro Educadores(as) Sociais. A modalidade de gestão é a parceria público-privada, ou seja, a orientação geral e o financiamento são públicos, e a execução é realizada por organizações não governamentais (ONGs). Essa foi a forma que o gestor público municipal encontrou para integrar as ações executadas pelo Ação Rua aos CREAS, tendo em vista a estruturação do SUAS, as normativas e tipificações conforme o Plano Nacional da Assistência Social (PNAS), sem, contudo, necessitar excluir o recorte etário – característica exclusiva do serviço de Porto Alegre em todo o país – que na sua execução tem sido sistematicamente avaliado como efetivo no enfrentamento às violações de direitos geradas ou acirradas pela situação de rua vivenciada por crianças e adolescentes e suas famílias.

Essa é uma descrição formal do Ação Rua, baseada nos documentos oficiais que normatizam o trabalho das equipes. Certamente, ela não consegue comportar toda complexidade e riqueza das atividades que são desenvolvidas pelos(as) trabalhadores(as) e, menos ainda, o potencial transformador que o serviço alcança, nas relações estabelecidas entre crianças e/ou adolescentes e suas famílias e os(as) Educadores(as) Sociais, profissionais que têm como uma de suas atribuições a Abordagem Social desses sujeitos.

O Ação Rua é um serviço de busca ativa. Isso significa que os(as) trabalhadores(as) não ficam estáticos(as) em um equipamento físico esperando que as pessoas venham procurar a intervenção. Eles(elas) vão ao encontro dos(as) sujeitos que necessitam do serviço, e que, por vezes, não têm esse entendimento ou mesmo o conhecimento de que tal serviço exista. Os profissionais que têm a prerrogativa

2 As regiões seguem o mapeamento do Orçamento Participativo (OP).

3 “preferencialmente 1 Psicólogo e 1 Assistente Social, 30h cada, conforme legislação” (PORTO ALEGRE, 2014, p.5).

de realizar essa busca ativa são os(as) Educadores(as) Sociais no desenvolvimento das atribuições de sua função nas equipes: as sistemáticas (ou campos, ou roteiros)<sup>4</sup> e as Abordagens Sociais.

O fluxo do trabalho das equipes do Ação Rua, em geral, inicia na prática das sistemáticas dos(as) Educadores(as) Sociais e segue na identificação, durante essas sistemáticas, da violação de direitos de alguma criança ou adolescente. Essa violação deve estar vinculada ao fato da criança e/ou adolescente estar em situação de rua<sup>5</sup>. Os(as) Educadores(as) Sociais observam a situação e buscam compreender o contexto em que ela se dá. Ao perceber a possibilidade de um contato verbal, que não traga maiores riscos tanto para o sujeito em questão quanto para os(as) profissionais, os(as) Educadores(as) Sociais realizam a abordagem social. A partir disso, o caso é levado para a equipe e a família passa a ser acompanhada. Realizam-se visitas domiciliares, busca-se qualificar informações sobre a família na Rede de Proteção e, quando necessário, a família é encaminhada e acompanhada aos demais serviços da Rede de Proteção com o objetivo de auxiliá-la a superar as situações de violação de direitos identificadas.

### **○ PEDAGÓGICO-EDUCATIVO NA AÇÃO DOS(AS) EDUCADORES(AS) SOCIAIS DO SERVIÇO AÇÃO RUA**

Na prática, a proximidade e a sistematicidade com que os(as) Educadores(as) Sociais encontram-se junto aos grupos sociais mais vulnerabilizados da cidade, os(as) conduz a reflexões sobre as condições objetivas de vida desses grupos. Alguns(umas) Educadores(as) Sociais, a partir dessas reflexões, buscam construir, juntamente com as crianças, adolescentes e famílias atendidas, reais possibilidades de empoderamento e construção autônoma de alternativas de superação e transformação de suas realidades, possibilidades essas que sejam geradas, fortalecidas e executadas pelos(as) próprios(as) sujeitos. Outros(as) Educadores(as) Sociais optam por respostas e alternativas mais práticas e pragmáticas,

4 Caminhar em dupla pela região de cobertura da equipe na busca de casos de atendimento, ou seja, crianças e/ou adolescentes em situação de rua.

5 Situação de rua é um conceito construído pelos(as) trabalhadores(as) do serviço especializado em abordagem social, e é compreendido como a utilização do espaço da rua como referência de moradia ou de prática de trabalho infanto-juvenil – no caso, exploração do trabalho infanto-juvenil – com ou sem a companhia de algum(a) adulto responsável.

como suas (re)inserções em espaços de proteção ou inclusão econômico-produtivas já existentes que nem sempre representam uma resposta alternativa à situação geradora da violação dos direitos em questão.

Também compõem o trabalho dos(as) Educadores(as) Sociais do Ação Rua: responder as demandas institucionais das ONGs em que trabalham; a necessidade de atingir metas quantitativas mensais estabelecidas no projeto técnico do serviço (número de famílias acompanhadas e de abordagens mensais que justifiquem o serviço); lutar pelo reconhecimento do saber produzido em sua ação e por melhores condições de trabalho; preocupar-se com a sua formação permanente; representar as ONGs ou o serviço em espaços de articulação da Rede de Proteção e outras atividades diversas. É uma prática que os(as) confronta diariamente com as causas socioestruturais de produção e reprodução da miséria e todas as suas desumanas consequências sociais, assim como entre o potencial latente da ação pedagógica-educativa junto aos grupos populares e as orientações e objetivos técnico-burocráticos estabelecidos no projeto técnico do serviço.

Acreditamos serem as duas principais atribuições dos(as) Educadores(as) Sociais, as sistemáticas e as abordagens sociais, o *locus* de sua ação pedagógico-educativa. As sistemáticas e as abordagens sociais permitem a inserção diária desses(as) profissionais em comunidades empobrecidas e, em alguns casos, permitem um convívio sistemático com crianças, adolescentes e suas famílias em seus espaços objetivos de produção da vida. Essa é uma característica potencial para a prática de uma ação transformadora. A "compreensão da cotidianidade é de uma enorme importância para o educador, porque é dentro dela que se constituem as resistências dos oprimidos." (FREIRE, 1989. p.25). A vivência do cotidiano permite a observação da dinâmica social, dos grupos que compõem determinada comunidade e de como eles se relacionam, como as comunidades populares se produzem e quais são as condições socioestruturais que determinam essa produção. Essa vivência permite que propostas de ações individuais e coletivas que objetivem a problematização dessas determinações possam ser pensadas, embora elas não estejam previstas no projeto técnico e, muitas vezes, sejam coibidas pela organização técnico-burocrática do serviço que prima pelas demandas quantitativas.

Por exemplo, segundo o projeto técnico do Ação Rua, na Abordagem Social “deverá ser privilegiado o estabelecimento de vínculo entre o educador e a criança/adolescente [...] a abordagem trabalhará, prioritariamente, a possibilidade de retomada de vínculo familiar e/ou com espaço de proteção.” (PORTO ALEGRE, 2014, p. 8-9). Com vínculo, o que se pretende é a aproximação do serviço com a realidade dos meninos e meninas e suas famílias para a compreensão dessa realidade e a proposição de alternativas de superação da situação de violação de direitos que sejam coerentes e pertinentes à realidade da família em questão.

Na prática, a “retomada de vínculo familiar e/ou com espaço de proteção” e “a proposição de alternativas de superação da situação de violação de direitos” já estão pré-determinadas. As equipes devem priorizar o encaminhamento das famílias para os espaços já existentes na Rede de Proteção, ou seja, escola, posto de saúde, aparelhos da assistência social, programas de redistribuição de renda, cursos técnicos ou profissionalizantes, mercado de trabalho formal. Estreitam-se as margens para o fomento de iniciativas autônomas de organização comunitárias. Compreende-se autonomia como o aprendizado dos caminhos formais de acesso aos serviços públicos, o que é, segundo nosso entendimento, uma simplificação reducionista do conceito de autonomia.

## **O AÇÃO RUA, A EDUCAÇÃO POPULAR E A PEDAGOGIA SOCIAL DA AMÉRICA LATINA**

A Educação Popular sistematizada por Paulo Freire vem influenciando diversas experiências em diferentes áreas do saber-fazer. Áreas que, em algum momento da reflexão sobre suas práticas, chegaram à percepção de que sua intervenção continha um caráter educativo entre os(as) sujeitos que dela participavam.

Tentaremos, de forma sucinta, demonstrar a aproximação possível entre a prática pedagógico-educativa dos(as) Educadores(as) Sociais do Ação Rua, a Educação Popular proposta por Paulo Freire e a Pedagogia Social desenvolvida na América Latina, que também recebeu forte influência das ideias do educador brasileiro.

A existência de profissionais denominados(as) Educadores(as) Sociais na composição das equipes do serviço Ação Rua indica que em algum momento da metodologia de trabalho há uma

ação educativa. Do contrário, poderíamos mudar a identificação desses(as) profissionais e chamá-los de Orientadores(as) Sociais ou Facilitadores(as) Sociais, ou ainda, de Monitores(as) Sociais. Se há uma educação como prática, há que se perguntar: qual é a base teórico-metodológica que se relaciona com essa prática, de forma que ambas, prática e teoria, possam se desenvolver? Ou ainda, que teoria-metodologia a sistematização dessa prática gerou?

Buscando encontrar essas respostas voltamos ao Brasil das décadas de 1970 e 1980 e nos deparamos com o fenômeno social da situação de rua de meninos e meninas nas grandes metrópoles brasileiras, o que aguçou o desenvolvimento de uma nova sensibilidade social para com os empobrecidos, e oportunizou o surgimento de programas sociais que se propunham a atendê-los(as) em suas necessidades básicas. Os primeiros programas, juntamente com intelectuais, religiosos e trabalhadores sociais, voltados para crianças e adolescentes pobres, formaram a base prática para uma nova categoria de serviços sociais: a Educação Social de Rua. (OLIVEIRA, 2004).

Ainda segundo Oliveira (2004), os(as) primeiros(as) profissionais que foram literalmente às ruas da Praça da Sé, em São Paulo, no ano de 1979, para trabalhar com crianças e adolescentes que lá viviam ou que a frequentavam diariamente na busca de sua sobrevivência, foram inspirados(as) na pedagogia libertária, na filosofia prática de Paulo Freire e, apoiados pela Igreja Católica, na perspectiva da Teologia da Libertação. Eles(elas) colocaram em prática um misto de "atividade profissional e solidariedade humanística". (OLIVEIRA, 2004, p. 68). Esse grupo, em sua maioria jovens graduados(as) em antropologia, sociologia e teologia, foram os(as) primeiros(as) a se autodenominar Educadores(as) Sociais de Rua, ou simplesmente, Educadores(as) de Rua.

Nas décadas seguintes, alguns autores(as) começam a sistematizar a prática de Educadores(as) Sociais de Rua, por vezes, suas próprias práticas. Esses escritos se tornaram o corpo teórico que dará as diretrizes metódicas metodológicas da Pedagogia Social de Rua no Brasil. Somente para citar alguns deles: 1995 – Antônio Carlos da Gomes da Costa, "Brasil Criança Urgente" e 1997 – "Pedagogia da Presença"; 1997 – Maria Stela dos Santos Graciani, "Pedagogia Social de Rua"; 1998 – Geraldo Caliman, "Desafios riscos desvios"; e, 2004 – Walter Ferreira de Oliveira,

“Educação Social de Rua: as bases políticas e pedagógicas para uma educação popular”.

Dessa forma, alguns teóricos irão defender a ideia de que existe uma teoria geral da Educação Social, a Pedagogia Social. (TRILLA, 2003; NETO; MOURA; SILVA, 2014). Seguindo o mesmo raciocínio, os exemplos anteriormente citados seriam expressões da Pedagogia Social brasileira ou, em alguns casos mais específicos, da Pedagogia Social de Rua brasileira.

O processo de construção da Pedagogia Social dado na América Latina carrega em si as características históricas desse continente e de seus povos originários que lutam desde sempre<sup>6</sup> contra a imposição cultural, política e econômica dos grupos socialmente dominantes em cada época e contexto. A caracterização da Pedagogia Social Latino-americana é o reflexo da unidade na diversidade dos povos que estiveram sempre na posição de explorados, de oprimidos e empobrecidos pela lógica globalizante do sistema do capital e que, por esse motivo, não podem intentar alternativa de melhoria de vida que não seja a modificação das estruturas sociais que determinam essa condição.

Os trabalhos de Garcia-Huidobro (1985) e Evelcy Monteiro Machado (2008) assinalam algumas características da estrutura social e do envolvimento das pessoas em projetos educacionais na América Latina que irão influenciar a produção pedagógica social da região: (i) trabalhos com os povos originários referentes à resistência e assimilação da cultura dominante; (ii) pesquisas de resgate e valorização da cultura popular e (re)empoderamento desta e de seus sujeitos; (iii) modelos de participação comunitária na organização educacional; (iv) exemplos de Educação Popular entrelaçados com questões da reforma agrária e (v) programas de formação política, alfabetização e contestações de estruturas sociais e do poder do Estado articulados com os grupos marginalizados.

Embora nunca tenha utilizado o termo Pedagogia Social, o educador brasileiro Paulo Freire é referência incontestável da Pedagogia Social desenvolvida na América Latina, principalmente sua obra “Pedagogia do Oprimido”, de 1974. (OLIVEIRA, 2004; GRACIANI, 2005; MACHADO, 2008; NETO; MOURA; SILVA, 2014).

---

6 Este “sempre” deve ser relativizado, tomando-se a perspectiva de que a história da América Latina não começa com a chegada do colonizador europeu no século XV.

A Educação Popular proposta por Paulo Freire ressaltou o objetivo político do ato educativo, declarou sua ideologia sem receio de demérito e também acrescentou à reflexão pedagógica a problematização sociológica. A Educação Popular de base freireana amplia o conceito de Educação e afasta-se da determinação que o capital exerce sobre o objetivo e, conseqüentemente, o ato de educar. Acrescenta que educar-se é um ato de rebeldia, de luta, de combatividade ao estabelecido, porque o estabelecido é socialmente injusto e suas raízes estão na forma de organização e estruturação da sociedade capitalista. A prática da Educação Popular, desenvolvida em uma mescla entre o aporte teórico freireano e o da Teologia da Libertação, é, portanto, inspiração para um referencial teórico-metodológico da Pedagogia Social latino-americana.

Graciani, baseada em sua práxis de inspiração freireana, sugere um quadro de pressupostos pedagógicos e metodológicos para Pedagogia Social de Rua praticada no Brasil.

Pressupostos Pedagógicos e Metodológicos da Pedagogia Social de Rua

Visão de mundo crítica e consciente sobre as causas geradoras das injustiças sociais, do processo de exclusão, do empobrecimento, da marginalização, da criminalização da pobreza e dos Movimentos Sociais.
Participação corresponsável de todos os(as) envolvidos(as) no processo educativo, de forma a estabelecer relações de poder horizontais entre educador(a) e educando(a) em que estes(as) dois(as) sujeitos já não possam ser identificados(as) como antagônicos(as).
Ação organizada, orgânica e paritária entre poder governamental e sociedade civil, em todos os âmbitos de organização e execução, que busque nas forças comunitárias populares o apoio e o incremento da ação educativa.
Valorizar e democratizar a cultura e o saber popular, discutindo e sistematizando-os conjuntamente com os grupos a partir das formas de expressão e comunicação das camadas populares, para fortalecer suas estratégias de organização e resistência.
A construção dos conhecimentos elaborados e gestados pelo conjunto de participantes não somente é um processo de aprendizagem para o(a) educando(a) e para o(a) educador(a), mas também para a sociedade no seu conjunto.
Revigorar o estado de ânimo dos(as) educadores(as) ao implementar suas condições objetivas de vida e de trabalho, realimentar sua competência técnica e política pelos avanços significativos do conhecimento, não só na área de educação, como em áreas afins, e restaurar a qualidade do ensino e, conseqüentemente, da aprendizagem, com formação e capacitação permanente por processos de ação/reflexão/sistematização/ação crítica do processo educativo.

Fonte: Autor, adaptado de (GRACIANI, 2005, p. 234-235).

## ○ CONCEITO DE ALTERNATIVA PEDAGÓGICA

No primeiro capítulo de seu livro “Sujetos, disciplina y curriculum en los orígenes del sistema educativo argentino” (1990), Adriana Puiggrós apresenta um resumo do caminho metodológico que percorreu, juntamente com o grupo de pesquisa APPEAL, até chegarem ao conceito de *alternativas pedagógicas*. Resumiremos, a seguir, essa apresentação.

No desenvolver do seu processo de estudo sobre a história da educação e das experiências pedagógicas na América Latina, o grupo APPEAL deparou-se com um dilema: como avançar na reflexão sobre educação sem restringir a categorização de diferentes experiências pedagógico-educativas produzidas na América Latina à dualidade Educação Popular ou educação não popular? O grupo APPEAL percebeu que as duas categorias já não comportavam objetivamente as diferentes experiências pedagógico-educativas encontradas e que elas forçavam um enquadramento da realidade na teoria, e mesmo, que havia um uso heterogêneo do termo “popular” no universo latino-americano, assim como também existiam contradições entre a autoidentificação pedagógica, política e ideológica das experiências, sua organização e seus resultados práticos.

Para responder a essa questão e avançar no estudo, o grupo APPEAL optou por tomar o caminho inverso. Em vez de descrever e buscar caracterizar as diferentes experiências pedagógico-educativas na América Latina, buscou identificar o modelo de sistema educacional dominante na América Latina e concluiu que esse modelo é, desde 1880 até aproximadamente 1890, um *sistema de instrução público centralizado e estatal* (SIPCE) com as seguintes características:

[...] hegemonía del estado y subsidiariedad privada; laicismo o catolicismo subordinados a la lógica del Estado; escolarizado; verticalizado; centralizado; burocratizado; oligárquico-liberal; no participativo; ritualizado; autoritário; discrimina a los sectores populares (hecho que se expresa a través de la expulsión, la repetición, la no admisión el desgranamiento y la marginación de los sujetos sociales que pertenecen a los sectores subordinados u oprimidos de la sociedad). (PUIGGRÓS, 1990, p.17).

Dessa forma, a dualidade Educação Popular ou educação não popular foi substituída pela categoria *alternativas* que "operara como detector de todas aquellas experiencias que en alguno de sus términos (educadores, educandos, ideología pedagógica, objetivos, metodologías, técnicas), mudarán o alteraran el modelo educativo dominante." (PUIGGRÓS, 1990, p.17). Nesse sentido, a nova categoria e a metodologia assumida pelo grupo APPEAL demonstrou que não existe uma única forma de contrapor o estabelecido, mas sim que "existen diversos niveles y formas de alternar la normalidad dominante." (PUIGGRÓS, 1990, p.18).

O texto segue com uma explicação pormenorizada de como o estudo foi ordenando as experiências pedagógico-educativas catalogadas utilizando-se de *conceitos ordenadores* de forma a identificá-las, ou não, como *alternativas pedagógicas* e, em caso afirmativo, indicar em que nível e forma de contraposição ao modelo SIPCE elas se encontravam.

una alternativa, es registrada mediante su desagregación em conceptos ordenadores que pertenecen a três grupos: A.de ubicación - Nombre del evento; Período; Región; País; Sede; Lugar; Fecha del evento; Fuentes. B.de contexto - Política educativa oficial (en la época de realización del evento); Fundamentos político-ideológicos; Trascendencia; Educadores; Educandos. C.pedagógicos - Modelo político académico; Métodos de enseñanza aprendizaje; Medios y materiales; Contenidos; Evaluación. (PUIGGRÓS, 1990, p.19-20).

Puigrós ressalta que a proposta metodológica do grupo APPEAL não objetivava um tratamento estatístico das experiências pedagógico-educativas registradas e ordenadas, mas sim dar corpo e força ao argumento no qual se apoiavam de que era impossível reduzir a temática à dualidade Educação Popular ou não popular, além de demonstrar que a história da educação na América Latina não se compunha apenas das experiências que se tornaram dominantes, como se essas tivessem provado, em razão de sua permanência, melhor qualidade e eficiência, mas também de muitas outras que se propuseram a oferecer e a desenvolver outros caminhos possíveis e necessários, mas que não conseguiram se estabelecer por diferentes

questões sociais, políticas e culturais de seus contextos. (PUIGGRÓS, 1990, p.22).

Desse primeiro exercício de estudo do grupo APPEAL surgiram, então, os seguintes tipos de alternativas pedagógicas:

alternativas que parten de antagonismo y son rupturas con la pedagogía tradicional, dominante, reproductiva, conservadora: caso utópico de un cambio completo de todos los aspectos educativos y sociales, es decir una pedagogía totalmente nueva; alternativa antagónica específica: afecta aspectos de la pedagogía dominante, con posibilidades de reproducción ampliada y transferencia; alternativa antagónica terminal: se opone a la pedagogía dominante pero sin posibilidades de reproducción o transferencia; alternativa de oposición derivada terminal: distinciones no antagónicas de la pedagogía dominante; alternativa de oposición derivada de refuerzo: distinciones no antagónicas de la pedagogía dominante que la refuerzan; alternativa de oposición derivada evolutiva: reproducen en forma ampliada procesos anteriores.” (PUIGGRÓS, 1990, p.23-4).

Essa tipificação das *alternativas pedagógicas* auxiliou a superação da dualidade excludente das categorias antes utilizadas – Educação Popular ou educação não popular – e apontou caminhos para descrever melhor as questões como a temporalidade (critérios para determinar quando e como começa e termina uma alternativa); a continuidade (critérios para considerar uma alternativa como a mesma em diferentes momentos ou circunstâncias ou para supor que, considerando dados externos, foi interrompida); a transcendência (critérios para determinar sua incidência em outras circunstâncias) e os limites (critérios para determinar o campo das alternativas em relação ao campo do modelo educativo dominante). (PUIGGRÓS, 1990).

## **O AÇÃO RUA E A CATEGORIA ALTERNATIVA PEDAGÓGICA**

Tomando em consideração o exposto até aqui, o Ação Rua e a prática pedagógico-educativa de seus(suas) Educadores(as) Sociais de Rua, a aproximação entre esta prática e a Pedagogia Social de Rua

sistematizada no Brasil e com a Pedagogia Social latino-americana, com forte influência freireana, fica a pergunta: podemos considerar a experiência do Ação Rua como uma alternativa pedagógica, conforme a categoria analítica desenvolvida pelo grupo APPEAL?

Em primeiro lugar, precisamos ressaltar que o Ação Rua é um serviço da política de Assistência Social e não de Educação. Entre suas atividades, a prática dos(as) Educadores(as) Sociais de Rua pode ser, segundo a literatura revisada, caracterizada como uma prática de Educação Social. Ou seja, o Ação Rua não tem a intencionalidade de contrapor ou substituir o sistema oficial de educação/instrução. Em virtude de seu caráter intersetorial, sua prática pode gerar tensionamentos no sistema oficial de educação/instrução com a inserção, ou reinserção, de seus(suas) educandos(as) nos espaços de educação escolarizada, na migração de seus(suas) educadores(as) para esses mesmos espaços, ou ainda, na troca de experiências pedagógicas entre os(as) Educadores(as) Sociais de Rua e seus(suas) colegas dos espaços escolarizados.

Ainda assim, façamos o exercício de uma possível categorização. Segundo a construção do grupo APPEAL, *alternativa pedagógica* é toda experiência educativa que, de algum modo, modifica ou altera uma das características do SIPCE. Ainda, uma *alternativa pedagógica* é registrada mediante sua desagregação em conceitos ordenadores de três naturezas: localização, contexto e pedagógicos.

Por falta de informações e de sistematizações da prática do Ação Rua, e menos ainda da ação pedagógico-educativa de seus(suas) Educadores(as) Sociais, não conseguiremos analisar todos os conceitos. O único documento oficial sobre o serviço é seu projeto técnico, e nele não constam muitas informações sobre seus fundamentos teórico-metodológicos, apenas orientações técnico-burocráticas para a atuação dos(as) profissionais. Existem alguns trabalhos acadêmicos que versam sobre a experiência do Ação Rua, mas esses são interpretações ou sugestões de seus(suas) autores(as) sobre uma possível orientação metódica metodológica para o aspecto pedagógico-educativo da ação, nada que possa ser considerado oficial. (FERNANDES, 2008; FINKLER, 2011; PAIVA, 2012).

Vamos então aos conceitos ordenadores possíveis de serem descritos e que podem nos auxiliar a categorizar o Ação Rua. Tanto os(as) Educadores(as) quanto os(as) educandos(as) do serviço não são SIPCEs. Sobre os(as) educandos(as) a questão é óbvia. Tratam-

se de crianças, adolescentes e suas famílias em situação de rua, excluídos socialmente de muitas formas e violados em seus direitos. São objetivamente famílias em situação de vulnerabilidade social. Já com relação aos(as) Educadores(as) faz-se necessário uma descrição e problematização maior.

O pré-requisito mínimo de escolarização para a função de Educador(a) Social é a completude do Ensino Médio. (BRASIL, 2011). Em alguns casos, esse critério alimenta o potencial transformador desses(as) sujeitos que também são provenientes de grupos populares, como seus(suas) educandos, ou com alguma vivência junto a Movimentos Sociais ou grupos de cultura popular. A possibilidade de comunicação direta entre seus universos socioculturais e os de seus(suas) educandos(as), assim como a incidência de suas interações com os(as) demais trabalhadores(as) do serviço – técnicos(as) sociais e articuladores(as) institucionais, em geral provenientes da classe média, da Rede de Proteção e das demais políticas públicas, podem gerar modificações socioculturais dentro da política. Dessa forma, a relação educador(a)-educando(a) gerada nas ações do Ação Rua está prenhe de uma pedagogia mais flexível, horizontal e que reconhece seus(suas) sujeitos de forma integral, em contraposição ao SIPCE.

Porém, os(as) Educadores(as) Sociais do Ação Rua possuem sua ação pedagógica bastante limitada. Os objetivos das ações dos(as) Educadores(as) Sociais já estão definidos no projeto técnico do serviço e ainda se tencionam com os objetivos estipulados pelas equipes técnicas. A leitura crítica do projeto técnico do Ação Rua aponta que os objetivos e as ações estipuladas em sua metodologia não problematizam e não buscam enfrentar as causas socioestruturais geradoras das violações de direitos identificadas. Interessa agir sobre as expressões da miséria, da violência, das injustiças sociais, de forma pontual, individual e pragmática. A forma como se avaliam as ações do serviço exemplifica essa lógica, é uma avaliação exclusivamente quantitativa. Somente relatórios quantitativos mensais são cobrados das equipes. São os números que indicam se a ação é ou não realizada com qualidade e efetividade: o número de famílias acompanhadas, o número de indivíduos atendidos, o número de crianças e adolescentes abordados, o número de acompanhamentos e encaminhamentos. O que esses números de fato indicam sobre a qualidade e a efetividade dos atendimentos? Que impactos reais as ações das equipes têm sobre a realidade da vida ou a superação

das situações de violação de direitos e vulnerabilidades observadas quando do início do acompanhamento das famílias? Esses não são pontos questionados, qualificados e sistematizados na avaliação do trabalho das equipes.

Sobre a estrutura organizacional do Ação Rua que tomaremos como modelo político acadêmico para fins de análise, podemos dizer que ela ainda é substancialmente hierárquica. Segundo o projeto técnico, as equipes do Ação Rua estão referenciadas aos CREAS. O(a) articulador(a) institucional de cada equipe gerencia o trabalho da equipe em nome da ONG conveniada e faz o elo entre esta e aquele. Para tal, os(as) articuladores(as) institucionais participam sistematicamente de reuniões com os(as) dirigentes da sua ONG, de Reuniões Técnicas do CREAS e de Reuniões de Articuladores(as) de todas as equipes de Ação Rua da Cidade. É principalmente nessas últimas reuniões que vão se delineando as ações do serviço, na intenção de manter um mínimo de padronização do trabalho de todas as equipes na cidade. É intenção que os(as) articuladores(as) institucionais sejam o canal de informação das demandas das equipes para as ONGs e para a coordenação dos CREAS e sua supervisão geral, bem como da comunicação no sentido inverso. Note-se que pouco espaço há para a participação direta dos(as) demais trabalhadores(as) das equipes – técnicos(as) e Educadores(as) Sociais de Rua – na reflexão, avaliação e proposição do desenvolvimento das ações do serviço, ou seja, do seu próprio trabalho.

O espaço institucional mais democrático dessa organização é o Fórum do Ação Rua (FAR), que congrega todos(as) os(as) trabalhadores(as) do Ação Rua, tem sistematicidade bimestral e acontece sem a presença de dirigentes das ONGs<sup>7</sup>. Porém, esse espaço também carrega algumas características de organização vertical. A equipe de articulação do FAR é constituída anualmente por um(a) articulador(a) institucional definido previamente em regime de rodízio das ONGs que compõem o Ação Rua e mais três trabalhadores(as) eleitos pelo FAR em encontro ordinário, sendo esses(as) um(a) técnico(a) social e dois(duas) Educadores(as) Sociais de Rua. Além disso, o caráter do FAR, que inicialmente era

---

7 O FAR é um dos fóruns temáticos do Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do(a) Adolescente (FMDCA), instância não governamental de caráter consultivo, eleitor e articulador.

de estudo, sistematização e proposição sobre as práticas do trabalho do Ação Rua em uma verdadeira experiência da metodologia de ação-reflexão-ação, foi, aos poucos, sendo reduzido a um espaço de formação continuada e “bancária” dos(as) trabalhadores(as) e sua organização e deliberações precisam sempre disputar sua autonomia com as decisões da reunião de articuladores(as) institucionais do Ação Rua.

Outra questão que reforça de forma implícita essa organização vertical do Ação Rua são as diferenciações burocráticas trabalhistas entre as funções de técnicos(as) sociais e Educadores(as) Sociais<sup>8</sup>. Diferenciações essas que, do campo substancial, serão transportadas e se expressarão no campo do simbólico, na forma de valorização profissional, na autonomia de trabalho e na legitimidade do conhecimento produzido na prática de cada uma das funções, para depois voltar ao substancial legitimando estéticas e comportamentos que reproduzem e fortalecem as hierarquias. Mészáros (2011) afirma que o *sistema sociometabólico do capital* caracteriza-se por sua necessária *divisão social hierárquica do trabalho*. Dessa forma, dentro do processo de sujeição aos objetivos que o sistema do capital impõe à organização social, está a sua obrigatória divisão em classes sociais “irreconciliavelmente opostas entre si em bases objetivas” e uma “divisão social hierárquica do trabalho” superposta à “divisão do trabalho funcional/técnica” (MÉSZÁROS, 2011, p.99).

Transportando essa lógica para o contexto particularizado da organização do Ação Rua, teremos uma divisão de funções estabelecida por pré-requisitos que não expressam a contribuição de cada profissional para as composições de grupo de trabalho, mas sim, expressam as diferentes possibilidades de acesso ao sistema de instrução/educação que os(as) sujeitos tiveram no decorrer de suas trajetórias pessoais. Um critério de diferenciação socialmente criado e estabelecido, que transforma um direito em um privilégio. Essa divisão, que determinará o grau de autonomia no trabalho de cada

---

8 Os(as) técnicos(as) sociais trabalham 10 horas semanais a menos do que os Educadores Sociais (em algumas equipes 14 horas) e seu pagamento por hora trabalhada também é maior. O primeiro direito, a carga horária semanal de 30 horas, foi obtido por organização e luta do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e estendido aos(as) demais técnicos(as) com outras formações por terem suas carteiras de trabalho assinadas para a mesma função, técnicos(as) sociais. A segunda diferenciação, o valor maior da hora trabalhada, está ancorada na valorização do diploma de Ensino Superior.

sujeito ou função dentro das equipes será reforçada e legitimada pela ideologia do esforço supostamente individual que levou cada um(a) ao seu lugar atual na "estrutura hierárquica de comando do capital" (MÉSZÁROS, 2011, p.98) e ainda enfraquecerá a consciência de classe dos(as) trabalhadores(as) que, percebendo as diferenças objetivas de qualidade nas condições de trabalho, carga horária e salário de cada função, compreendem-se como diferentes uns(umas) dos(as) outros(as), quando, na verdade, para o sistema não o são.

### CONSIDERAÇÕES (NÃO)FINAIS

Como considerações finais desse exercício, que deixa claro a necessidade de analisar mais pormenorizadamente a experiência do Ação Rua e seu potencial como *alternativa pedagógica*, assim como de sistematizar melhor a referência possível e necessária de sua prática de educação social com a Pedagogia Social de inspiração freireana desenvolvida na América Latina, sugerimos que sim, o Ação Rua pode ser considerado uma *alternativa pedagógica do tipo específica*, ou seja, *que afeta aspectos da pedagogia dominante e que possui possibilidades de reprodução ampliada e transferência*.

A análise demonstra que em algumas características da sua prática, o Ação Rua objetivamente altera o modelo pedagógico dominante: no perfil socioantropológico de seus(suas) educandos(as) e educadores(as), na proposta de relação educador(a)-educando(a) e, teoricamente, em seu modelo de ensinância aprendizagem, isso se assumirmos a Pedagogia Social de Rua de inspiração freireana como marco teórico metodológico.

Porém ressalta-se novamente a necessidade de aprofundar a sistematização sobre as práticas educativas sociais desenvolvidas no Ação Rua e suas premissas teóricas metodológicas, assim como uma discussão ampla e sistemática entre os(as) profissionais que executam o serviço, com ênfase naqueles(as) que possuem a premissa das ações pedagógicas do serviço, os(as) Educadores(as) Sociais de Rua. Talvez, seja pertinente realizar o mesmo exercício analítico deste artigo com a Pedagogia Social como objeto, para somente depois, olhar novamente para a prática educativa do Ação Rua.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. *NOB-RH Anotada e Comentada* – Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011. 149 p.
- FERNANDES, L. P. *Nas trilhas da família... como é e o que um serviço de educação social de rua ensina sobre relações familiares*. 2008. 123 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.
- FINKLER, L. *Avaliação de um projeto social para crianças e adolescentes em situação de rua e suas famílias*. 2011. 277 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- FREIRE, P. *Educadores de Rua: uma abordagem crítica*. Alternativas de atendimento aos meninos de rua. Bogotá: Editorial Gente Nueva, 1989.
- UNICEF. Série Metodológica. Programa Regional Menores em circunstâncias especialmente difíceis.
- GARCIA-HUIDOBRO, J. E. La educación popular. In: LATAPÍ, P.; CASTILLO (Orgs.). *Lecturas sobre la educación de adultos em América Latina*. México, DF: Crefal, 1985.
- GRACIANI, M. S. S. *Pedagogia Social de Rua: análise e sistematização de uma experiência vivida*. 5ª ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, Coleção Prospectiva, v. 4, 2005.
- MACHADO, E. M. A Pedagogia Social: diálogos e fronteiras com a educação não-formal e educação sociocomunitária. *Revista Ciências da Educação*, São Paulo, n.18, p.99-122, 1º semestre, 2008.
- MÉSZÁROS, I. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. 1.ed. revista. São Paulo: Boitempo, 2011. (Mundo do trabalho). Tradução: Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. p. 36-50;94-132.
- NETO, J. C. S.; MOURA, R; SILVA, R. (orgs.) *Pedagogia Social*. 3 ed. São Paulo: Expressão e Arte, 2014. 324 p.
- OBST, J.; FINKLER, L.; SANTOS, S. S. A abordagem social em Porto Alegre: os desafios em seu tempo. In: SCHUCH, Patrice. *A Rua em Movimento: debates acerca da população adulta em situação de rua na cidade de Porto Alegre*. Belo Horizonte - MG: Didática Editora do Brasil. 2012. Disponível em: <[http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/fasc/usu\\_doc/a\\_ua\\_em\\_movimento.pdf](http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/fasc/usu_doc/a_ua_em_movimento.pdf)>. Acesso em nov. 2013. p.87-101.
- OLIVEIRA, W. F. *Educação social de rua: As bases políticas e pedagógicas para uma educação popular*. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- PORTO ALEGRE. *Projeto Serviço de Abordagem Social – Ação Rua*. Porto Alegre, RS: FASC, 2014.

## A Educação Social de Rua do Açã Rua... - Santiago Pavani Dias

PAICA-RUA (org.). *Meninos e meninas em situação de rua: políticas integradas para a garantia de direitos*. Série Fazer Valer Direitos. v. 2. São Paulo/Brasília: Cortez/UNICEF, 2002.

PAIVA, J. S. Educação social de rua: uma outra prática pedagógica. *Gestão Contemporânea, Cidade*, V.2, n.1, p. 34-46, 2012.

PUIGGRÓS, A. *Sujetos, disciplina y curriculum en los orígenes del sistema educativo argentino*. Capítulo 1. Galerna. Buenos Aires, 1990. p. 13-51.

TRILLA, J. O “ar de família” da pedagogia social. In: ROMANS, Mercé. *Profissão: educador social*. Porto Alegre: Artmed, 2003. p.15-29.

**Submetido em Agosto 2016**

**Aceito em Novembro 2016**

**Publicado em Janeiro 2017**